



CIEA7 #17:

DISCURSOS POSTCOLONIALES ENTORNO A ÁFRICA.

Cesaltina Abreu[◊]

tinaabreu@hotmail.com

Carlos Serrano[◊]

cserrano@usp.br

Sobre Tolerância e Confiança em Angola

Este ensaio remete, entre outros referidos na bibliografia, aos trabalhos de Michael Walzer (1997) "On Tolerance" e de Barbara Misztal (1996) "Trust in Modern Societies: The Search for the Bases of Social Order", e traduz um primeiro enquadramento sobre a importância de valores como tolerância e confiança para a compreensão das relações sociais e de poder na sociedade angolana actual.

Angola, tolerância, confiança.

◊ Universidade Católica de Angola.

◊ Universidade de São Paulo.

... É indispensável, portanto, ter sempre presente que um bom africano é, pelo menos, aquele cuja mão nenhum outro africano honrado pode temer¹.

1. Constitucionalmente, Angola é um estado-nação; do ponto de vista social, pode ser entendida como um ambiente multicultural em duas perspectivas, nacional e étnica. Trata-se, por um lado, de um “estado multinacional cuja sociedade foi formada a partir da incorporação, forçada ou voluntária, de minorias nacionais que anteriormente possuíam culturas territorialmente concentradas e desfrutavam de autonomia”, e de uma “diversidade cultural fruto da imigração individual ou familiar”². A incorporação forçada foi realizada durante a dominação colonial portuguesa, pela criação de uma colónia a partir de diversos reinos existentes na região e que progressivamente foram anexados, por conquista, dando origem ao que hoje constitui o estado de Angola. Os movimentos migratórios reportam a épocas distintas da vida do país: o fluxo de colonização que originou um processo de mestiçagem racial e cultural, a imigração de indivíduos, famílias e grupos de países vizinhos logo após a independência nacional, e a movimentação de indivíduos, famílias e grupos dentro do país, de regiões mais atingidas pelos efeitos da guerra, para outras, mais seguras e com mais oportunidades do ponto de vista económico. Qualquer destes movimentos provocou processos de assimilação, aculturação e discriminação, com consequências na formação de identidades individuais e colectivas³; acima de tudo, estiveram na origem de tensões e conflitos de natureza e intensidade diversas, que constituem o esteio da vivência diária de sucessivas gerações de angolanos.

Seguindo o roteiro de Walzer (1997), podemos considerar que Angola é um estado-nação constituído a partir da dominação de um dos movimentos nacionalistas de luta anti-colonial, que alcançou esse estatuto de ‘representante’ do povo angolano (para, em nome dele “proclamar, perante a África e o Mundo, a independência de Angola”, na noite de 10 para 11 de Novembro, em Luanda) em função de um predomínio militar relativo e de uma maior adesão da população da capital. Para além das várias nações (grupos socioculturais) que o compõem, existe uma minoria (cerca de 1% da população) constituída por uma diáspora europeia (maioritariamente de origem portuguesa). Este movimento, o MPLA, impôs a sua concepção de organização política e social, criando mecanismos para a reproduzir através da

¹ Manifesto do MPLA (manuscrito), Dezembro de 1956, página 12.

² Kymlicka, W. (1995), “Multicultural Citizenship: a liberal theory of minority rights”.

³ A historiografia recente do período colonial aponta no sentido do reconhecimento que a actual divisão étnico-linguística africana em geral, e angolana em particular, se baseia em identidades etnoculturais socialmente construídas como resultado das interações entre africanos, europeus e missionários norte-americanos e portugueses. Ver em Marcelo Bittencourt (1999), p.16.

educação, dos símbolos nacionais, das comemorações públicas e do calendário político/partidário, entre outros, demonstrando total intolerância em relação a grupos que procurassem articular opiniões ou confrontar as posições oficiais.

Como espelha a palavra de ordem “Um só povo, uma só Nação”, havia que eliminar as diferenças regionais, quanto mais não fosse do ponto de vista psicológico, já que do ponto de vista político, era supostamente mais fácil governar um estado recém independente, não apenas sem fazer menção às diferenças existentes entre os angolanos, mas, sobretudo, fazendo crer que tais diferenças, mesmo existindo, não eram fundamentais⁴. Durante a I República, o MPLA impôs um sistema ditatorial, reprimindo a liberdade de expressão e conduzindo uma política económica que privilegiou a extracção dos recursos naturais, particularmente do petróleo e dos diamantes, em detrimento da produção do sector primário – à data da independência, Angola era um exportador líquido de alimentos e matérias primas, para além de recursos minerais -, e da diversificação da economia, através do fortalecimento do sector industrial e o desenvolvimento do sector terciário.

A situação actual é de crise resultante da desagregação do tecido social, da degradação de valores éticos e morais, do descrédito do governo e das formações políticas (entre si e entre a sociedade e a esfera política em geral), da instalação progressiva de um sentimento de inevitabilidade e de impotência face ao agravamento da situação ao longo de décadas de guerra, alternada de períodos de instabilidade e insegurança, mais ou menos generalizadas. Trinta e cinco anos após a independência nacional, Angola é uma sociedade desordenada por décadas de conflito armado. Os processos de diversificação e crescimento da economia em curso à data da independência, deram lugar à dependência da produção do petróleo e ausência de actividade económica nos outros setores, com excepção da produção de subsistência dos pequenos produtores rurais e pescadores, o que provoca desemprego ou aumento do subemprego, que estão na base das deslocações massivas de jovens e adultos activos, oriundos das franjas populacionais mais desprotegidas, em busca de melhores condições de vida; em consequência, o esvaziamento do campo em força de trabalho, a degradação das infra-estruturas económicas e equipamentos sociais das cidades receptoras, e o aumento da violência e da criminalidade. O regime não soube promover acções de combate à pobreza e de inclusão social nas áreas sob seu controlo, causando em contrapartida o empobrecimento da população e o descrédito internacional das instituições financeiras angolanas.

⁴ Paulo de Carvalho, (2002), “Angola: Quanto Tempo Falta para Amanhã”, p.3.

2. Uma das características do estado-nação assinaladas por Walzer (1997) é a que considera a privacidade como condição para a tolerância – o indivíduo é o ‘objecto da tolerância’ -, o que também é aplicável no caso angolano, através de uma intolerância manifestamente aberta em relação a práticas públicas de qualquer feição, social, cultural e, principalmente, política. A repressão ao uso das línguas locais e a insistência na necessidade de padronização da linguagem como uma das chaves da coesão nacional, assentava no entendimento da diversidade cultural-linguística como uma das maiores barreiras ao alcance da unidade nacional: a esse respeito, Agostinho Neto considerava ser necessário extinguir as barreiras regionais para a consolidação da unidade nacional, acrescentando que “mais tarde ou mais cedo deveremos tender para a aglutinação de alguns dialectos a fim de facilitar o contacto”⁵. Num pronunciamento na União de Escritores Angolanos, em 8 de Janeiro de 1979 (que viria a ser instituído como Dia da Cultura Angolana), o primeiro presidente de Angola dizia ser necessário “aprofundar as questões que derivam da cultura das várias nações angolanas, hoje fundidas numa, de modo a fazer-se em Angola uma só corrente compreensiva da cultura angolana”⁶.

Também a situação das minorias em estados-nação, parece encontrar respaldo teórico em Walzer: as experiências vivenciadas em Angola por grupos com base regional e/ou pela minoria crioula urbana em resultado de discordâncias políticas ou com base cultural ou social, levaram a estratégias de resistência através do reforço da organização grupal social e psicológica e da reprodução, em círculos fechados, dos seus valores, ideias e costumes. A vigilância e a repressão destes grupos por parte do estado-nação podem ser comprovadas através dos inúmeros casos de privação da liberdade por divergência de opinião, de julgamentos sumários e outras práticas que se situam para além das consideradas pelo autor quando afirma que este tipo de regime não faz uso da coerção para a manutenção da ordem social. Contudo, como ele também sugere, esta situação costuma ser frequente quando as fronteiras do estado-nação foram estabelecidas de forma arbitrária, separando grupos mais ou menos extensos e criando diversas minorias dentro das linhas que delimitam as fronteiras, o que também é o caso de Angola, que mais uma vez se enquadra num dos extremos das soluções apontadas pelo autor para a resolução destas situações herdadas do colonialismo: entre as possíveis opções, prevaleceu a dominação e a repressão.

Durante o colonialismo, Angola viveu a experiência de ter sido incluída, por força da conquista, no império colonial português, situação que perdurou séculos; as

⁵ António Agostinho Neto (1977), “Viver a Cultura angolana significa compreender o Povo”, *Boletim do Militante*, I, pp.10-12.

⁶ António Agostinho Neto (1979), “Discursos...” série 3, p.53.

nações anexadas pelo estado colonial – os ‘objectos de tolerância’ - eram reinos ou monarquias, independentes, cujos processos históricos foram interrompidos pela imposição do capitalismo colonial como forma dominante de organização das relações sociais de produção. A nações com um espaço económico, social, político e cultural bem concreto, com fronteiras adjacentes e relações diferenciadas entre si - da solidariedade e coexistência pacífica a conflitos mais ou menos intensos e duráveis -, seguiu-se um espaço económico, social, político e cultural “definido geográfica e juridicamente pelo direito constitucional português, pelos tratados celebrados com Portugal e pelo direito internacional”⁷.

Devido ao facto de a ocupação efetiva desse espaço ter sido lenta e descontínua, apenas durante o século XX se consolidou a hegemonia política da sociedade colonial, através da instalação do estado local (o Estado Orgânico Colonial) com seus aparelhos e funções, tendo como resultado uma formação social inacabada. Esta característica parece ajuda a compreender a inexistência de uma síntese cultural, como aconteceu em outras colónias, apesar da habitual referência cronológica aos “cinco séculos de colonização”. Por outro lado, também permite a preservação de traços das identidades culturais destes grupos que, apesar dos movimentos migratórios internos ou para países vizinhos, forçados pela guerra ou pela busca de melhores condições económicas e sociais, mantêm vivas as suas memórias colectivas, reproduzidas através de tradições e crenças transmitidas oralmente, de rituais de passagem e de diversos tipos de celebrações; antes de se identificarem como angolanos, os seus integrantes identificam-se com o grupo linguístico ao qual pertencem.

A prática do império português traduzia-se na extracção de recursos humanos (escravos), materiais (minerais e mais tarde matérias primas agrícolas e piscícolas) e financeiros (impostos), com recurso à coerção para manter a hegemonia, explorando as diferenças e as rivalidades entre estes grupos, como fonte de alimentação de uma política baseada no princípio de ‘dividir para melhor reinar’. Por seu lado, e também devido às rivalidades históricas entre si, as nações africanas viam nesta subordinação mútua ao império uma forma de preservação das suas identidades colectivas.

Concordantes, ainda, com a descrição de Walzer, inúmeros relatos históricos sobre estratégias destas comunidades para o reforço da unidade interna e resistência ao exterior, através de processos que produziam dissidências culturais ou ideológicas, que culminavam com a expulsão de alguns elementos para fora das fronteiras do grupo, produzindo um movimento de migração em direcção às cidades do império, no

⁷ Daniel dos Santos (2001), “Economia, Democracia e Justiça em Angola: O Efêmero e o Permanente”, p. 106.

caso de Angola, principalmente em direcção a Luanda. Estes movimentos estariam na origem de um cosmopolitismo cultural, contribuindo para o aumento da tolerância nestes centros urbanos; no caso de Luanda também parece ter acontecido assim, originando uma criouliidade⁸ com ideias mais modernas sobre o conceito de soberania e a situação de dominação a que Angola estava submetida, dando corpo a aspirações nacionalistas. Talvez a ausência de uma formação social ampla de síntese, e não restrita como a crioula, esteja relacionada com os principais acontecimentos da história recente de Angola, nomeadamente a formação de vários movimentos de libertação, quatro no total, e os conflitos entre eles na condução da luta anticolonial, na instituição de um estado independente, na persistência da guerra civil, e nas reivindicações de secessão.

3. Dois deles nasceram em meados do século XX; um, o MPLA, dirigido por uma pequena-burguesia urbana, apelava à participação de todas as nações e procurava mobilizar camponeses e operários numa aliança anticolonial tendo como pano de fundo um projecto social, nacional e popular, baseado na diversidade e na diferença, que deveria dar lugar, entre outros objectivos, à construção de uma identidade cultural, nacional e pluralista, a partir do reconhecimento dos interesses e opiniões da sua população, com vista à fundação de um novo quadro institucional da angolanidade. A maioria dos seus fundadores pertencia à 'criouliidade', o que lhe conferia um estatuto de mediador confiável de um projeto de criação da nação e da angolanidade, que não foi cumprido.

O segundo movimento, UPA/FNLA, também nascido em meados do século XX no âmbito de um grupo da aristocracia do norte de Angola, exilado no Congo, tinha como projecto a reconstituição do antigo Reino do Congo, operacionalizando a sua mobilização social com base em argumentos étnicos e racistas, apesar de reivindicar, mais tarde, um carácter de movimento nacional. O terceiro surgiu anos após o início da luta armada de libertação nacional (1961) e foi fundado por um dissidente dos outros dois: Jonas Savimbi, ex-membro do MPLA e ex-membro da UPA/FNLA, criou a UNITA e mobilizou a sua base social com recurso a argumentos étnicos e racistas, principalmente no meio rural da região central de Angola. O quarto, FLEC, reivindica até hoje a independência de Cabinda, região fisicamente separada de Angola, mobilizando razões históricas e organizando a sua argumentação na soberania sobre a exploração da riqueza petrolífera da região, exprimindo essa reivindicação numa linguagem étnica e de exclusividade regional.

⁸ Mestiçagem cultural, envolvendo negros, mestiços e brancos, actuando como 'ponte' entre o mundo moderno europeu e o mundo tradicional africano.

Quando se diz que a guerra civil angolana não começou após a independência, em 1975, mas há cerca de 40 anos, pretende-se dar conta da luta protagonizada pelos movimentos de libertação angolanos entre si, e as suas projecções na sociedade: as diferentes perspectivas de cada um deles, acima apenas esboçadas, geraram desconfianças, criaram cisões e acabaram conduzindo à guerra civil entre movimentos que, nas intenções, visavam os mesmos propósitos: retirar Angola da dominação colonial portuguesa e instituir uma nação livre. Contudo, essas intenções desdobravam-se em leituras completamente opostas ou, no mínimo, bastante distintas sobre os conceitos de angolanidade e do projecto-nação, reflectindo uma luta pelo poder e acesso aos recursos.

Não se concretizou a promessa da reorganização política do espaço herdado do colonialismo português, através da integração das distintas nações, com base no reconhecimento das suas diferenças: uni-las através do traço comum das suas histórias, da vivência da experiência colonial e da luta contra essa dominação. Nesse legado histórico comum parecia residir a possibilidade de construção de uma identidade cultural pluralista, capaz de fornecer os quadros de referência do projecto-nação, assente no reconhecimento e respeito pela diversidade e pela diferença. Em lugar disso, a declaração unilateral da independência em 11 de Novembro de 1975 em Luanda - enquanto nas suas imediações decorriam fortes combates envolvendo três dos movimentos de libertação, pelo menos três exércitos estrangeiros e forças mercenárias - mostrava que esse projecto se encontrava, senão votado ao fracasso, no mínimo adiado. Na mesma data e provavelmente à mesma hora, Jonas Savimbi e Holden Roberto proclamavam, na cidade do Huambo, a constituição da República Democrática de Angola que durou 80 dias, o tempo em que durou a aliança entre a UNITA e a FNLA.

A guerra civil prolongou-se até Abril de 2002 quando, após a morte em combate do seu líder em 22/02/2002, a UNITA assinou um acordo de cessar-fogo com o Governo. Esse período foi marcado pelo conflito intenso e mais ou menos generalizado, permeado por alguns períodos de paz relativa devidos à assinatura de acordos cuja implementação nunca foi totalmente conseguida. Um dos mais prolongados, de meados de 1991 a finais de 1992, permitiu a realização de eleições presidenciais e legislativas, mas a contestação dos seus resultados pelos derrotados – Jonas Savimbi e a UNITA – abriu uma nova fase de guerra civil, mais violenta e com a deslocação do cenário dos combates para áreas urbanas. Novos acordos de paz conduziram àquele que foi o mais prolongado período de paz – relativa, ainda, na medida em que se registraram imensos atropelos ao cessar-fogo -, no qual se esboçaram arranjos institucionais visando a criação e manutenção de um clima de

diálogo entre as partes em guerra, bem como a criação de mecanismos institucionais que, aos diversos níveis, permitissem a implementação do estipulado no acordo assinado em Novembro de 1994, em Lusaka. Em Dezembro de 1998, os sinais de ruptura que sempre ameaçaram o processo de paz, concretizaram-se com o retorno à guerra: mais uma vez, as palavras foram substituídas pelas balas, os obuses e os mísseis.

4. Se a falta de diálogo entre as elites dirigentes é um traço do percurso histórico de Angola, várias foram as tentativas, intermediadas ou não por agentes externos, de criar as condições para sentar frente a frente os representantes das partes em guerra. E quase todas produziram declarações de intenções de cessação da guerra e de reconstrução nacional, começaram a ser implementadas, mobilizando a atenção da população, ansiosa por sinais efectivos de superação das divergências que existiam entre as partes. Até 2002, todas falharam. A questão que se coloca é a de saber as razões desta falha.

Não temos a pretensão nem os elementos necessários para fazer uma análise exaustiva dos diversos contextos em que aconteceram estas tentativas de reposição da normalidade da vida social e de superação dos conflitos prevalentes. Contudo, parece-nos possível adiantar algumas pistas, a serem devidamente aprofundadas, de entre as quais duas parecem importantes: a leitura do que estava em jogo e, em consequência, a composição das delegações que participaram nas conversações, elaboraram os termos dos acordos e iniciaram a sua implementação. Ou seja, se é difícil afirmar que o que estava em jogo era, acima de tudo, a defesa dos interesses das elites em guerra, até porque os textos dos acordos revestiam uma linguagem intencional de nacionalismo – a primazia dos superiores interesses da nação e das suas populações -, a ‘nação’ esteve sempre deficitariamente representada nas mesas de negociação e de implementação dos acordos, uma vez que apenas os mais altos dirigentes de ambos os lados nelas participaram, os que gozavam da confiança dos respectivos líderes. Por outro lado, os intermediários, quando existiram, eram os escolhidos por essas elites, descartando-se, por exemplo, a intervenção da Igreja, da sociedade civil e do sistema político, mormente dos partidos de oposição. Não se tiveram em conta outras possibilidades, complementares ao discurso nacionalista, como o diálogo entre intelectuais das diferentes ‘nações’ que compõem o mosaico angolano, para avaliação crítica e selecção da tradição, visando a criação de confiança através do incremento da tolerância e da solidariedade, nem contactos directos entre membros das várias ‘nações’ ou regiões, para ultrapassar a desconfiança e estabelecer o entendimento mútuo de um futuro comum. A importância destes

diálogos alargados entre regiões e em ambientes de mistura cultural é que eles contribuem para incrementar a compreensão de dependências mútuas, enquanto ensinam como evitar conflitos sem renegar o passado nem as identidades, através da criação das bases para a confiança mútua “sem demandar a completa censura da história” (Misztal, 1996: 154).

Como demonstram experiências em outros contextos, na Europa do Leste após o desmembramento do bloco soviético, a recusa do pluralismo, uma das principais características dos regimes totalitários nos quais existe apenas ‘uma verdade’ acerca da melhor forma de viver, não apenas impediu a autonomia individual, como também desencorajou o desenvolvimento do respeito pelos outros povos e reduziu as oportunidades de comunicação e compreensão mútua entre os vários grupos dentro da sociedade. Neste ambiente, prevalecem a hipocrisia e a perfídia, em detrimento dos sentimentos de lealdade e de confiabilidade necessários à preservação do Estado, resultando em intolerância mútua e desconfiança alimentada entre as regiões e os seus cidadãos. Tal como no caso de Angola, as pesquisas realizadas nestes países têm revelado um vazio social entre o mundo privado e a vida pública, a falta de confiança em relação aos outros, uma enorme importância dos círculos íntimos, familiares e de amizade, bem como elevados níveis de desconfiança em relação aos estrangeiros e aos povos de outras nações. Estas pesquisas demonstram, também, que devido às experiências autocráticas, existe um baixo nível de confiança nas instituições⁹.

5. Num estudo realizado por Robson e Roque¹⁰ em zonas peri-urbanas de 3 das maiores cidades angolanas e que visava a compreensão das formas organizativas para a acção colectiva, as principais conclusões indicam que a heterogeneidade dos bairros devida aos movimentos migratórios se reflecte na densidade e extensão das redes sociais de solidariedade, em geral não estabelecidas com base em relações de confiança entre vizinhos, do que resulta uma coesão social local frágil; as redes sociais mais densas nascem de relações sociais com base na familiaridade ou em comunidades de carácter religioso. Por outro lado, a heterogeneidade nos bairros não permitiu a reprodução de rituais e instituições tradicionais de solidariedade, devido ao facto de os mesmos não serem partilhados por muitos dos seus habitantes, e também por falta de espaços adequados à sua realização. Este facto poderá ter contribuído para a monetarização das transacções, ou seja, a entrada da moeda como

⁹ Barbara Misztal (1996) “Trust in Modern Societies: The Search for the Bases of Social Order”.

¹⁰ Paul Robson e Sandra Roque (2001), “Aqui na cidade nada sobra para ajudar”.

intermediário de trocas e a expectativa em relação à remuneração de pequenos serviços e favores, retirando-os assim do campo das trocas simbólicas e da dinâmica de uma reciprocidade mais ou menos generalizada, levando a um confinamento ainda maior das práticas tradicionais de solidariedade: a luta pela sobrevivência nestas comunidades impõe limites até no apoio a familiares e amigos próximos. As situações em que a solidariedade ainda prevalece, principalmente quando isso não implica despesas, referem-se aos casos de óbito, de doença e também de alembamento. De forma geral, nas áreas estudadas, os níveis de capital social são muito baixos, encontrando-se sob grande pressão: as normas tradicionais de solidariedade quase desapareceram, as regras, entre as quais as de reciprocidade, estão debilitadas, as redes sociais confinadas a grupos específicos ou dispersas para além dos bairros. O nível de confiança entre as pessoas é muito baixo, bem como a confiança na acção colectiva que funcione e constitua um meio através do qual se possam melhorar as condições de vida: as experiências de cooperação bem sucedidas são raras, o que se reflecte no facto de a maior parte das pessoas se mostrarem relutantes na procura de soluções colectivas para as dificuldades que enfrentam. Os dilemas da acção colectiva acentuam-se na ausência de um compromisso mútuo confiável, aumentando o número de 'deserções' e acentuando o sentimento de rejeição em relação à cooperação. Entretanto, dentro das redes sociais e em algumas experiências bem sucedidas de cooperação, tais compromissos mútuos confiáveis são possíveis, devido à experiência de acções conjuntas; o problema está em generalizar tais resultados a um contexto social mais amplo. Os níveis de confiança em relação a organizações exteriores ao bairro, como serviços ou empresas públicos, por exemplo, são igualmente bastante baixos, devido a factores que se prendem com a ineficiência dessas organizações e a falta de credibilidade quanto à prestação de contas e transparência no seu funcionamento; estas características acentuam a desconfiança das comunidades em relação à capacidade de tais organizações honrarem seus compromissos, na eventualidade de terem sido ultrapassadas as limitações colocadas pela falta de cultura participativa (de uns e de outros, mas especialmente deficitária nas estruturas organizacionais do aparelho de estado e dos serviços), e às limitadas habilidades para o diálogo e a negociação (entre as empresas e as comunidades locais), que permitissem alcançar um compromisso mútuo.

Que saídas para Angola?

Na sua análise sobre o regime de tolerância do estado-nação Walzer (1997) considera que as saídas para estas situações herdadas do passado colonial passam do extremo da dominação e da repressão - que procuramos mostrar como a privilegiada pelo estado angolano após a independência -, até ao outro extremo de

separação total – e eventual federalização ou consociação -, passando por soluções intermédias que buscam a articulação de autonomia e reconhecimento do grupo enquanto figura jurídica colectiva num sistema de coexistência pacífica, constitucionalmente estabelecido, que promova arranjos sociais para tratar pessoas diferentes de modos diferentes, e estabeleça diferentes regimes de tolerância comprometidos com o respeito da igualdade perante a Lei, compreendendo a criação e fortalecimento de instituições que favoreçam a confiança e a *confidence* entre os vários grupos que o compõem.

As opções intermediária e/ou a criação de uma consociação correspondem à intenção inicial expressa pelo programa mínimo do MPLA (1963) que previa, após a independência, a instauração de uma ampla consulta nacional visando a recolha de opiniões de todos os grupos sociais existentes dentro das fronteiras coloniais de Angola, com vista à participação de todos na decisão sobre a opção constitucional da nação independente e na criação de uma identidade nacional, a angolanidade. Esta intenção foi abandonada devido, em parte a pressões externas dos processos de independência no continente sob a bandeira do lema “One people, one nation” ou “Un peuple, un but et une foi”, e “morrer a etnia para nascer a nação”, mas também a lutas internas pelo poder. Apesar do reconhecimento público do não-cumprimento do programa mínimo e de algumas tentativas de colocação desta discussão no período pré-eleições em 1991/92, ela foi de novo abandonada quando um discurso do líder da UNITA, defendendo uma federação, continha elementos evidentes da sua real intenção: a secessão de Angola.

A reconciliação social em Angola remete à consideração dos meios necessários para a sua viabilização devido à carência, entre outras, de instituições intermediadoras de confiança, capazes de motivar e constringer o comportamento de todos, governantes e governados. Será necessário, então, estimular a sua criação e para isso, parece-nos que uma saída possível recorreria à combinação das duas soluções propostas por Offe(1999)¹¹: uma perspectiva cívico-comunitária ascendente, operando do lado da oferta, com base na participação a partir de círculos relativamente pequenos como a família, os grupos, as associações e as redes locais de cooperação, estimulada por acções no âmbito de uma perspectiva republicana descendente, operando do lado da demanda, seguindo a fórmula: ‘bom governo e boas leis fazem bons cidadãos’, visando eliminar arbitrariedades, evitar o monocentrismo e o secretismo, e ultrapassar a incapacidade e a incompetência das instituições públicas.

¹¹ Claus Offe (1999), How can we Trust our Fellow Citiznes?.

Defendemos a implementação de formas cívicas de cumprimento por cidadãos crescentemente conscientes e confiantes, destacando o papel da sociedade civil na construção de nova ordem social, numa complementaridade de autoridade e participação cívica, apesar de reconhecermos que as forças espontâneas de solidariedade e de cooperação foram bastante atingidas pelo prolongado intervencionismo do estado centralizado. Se as medidas anteriores forem implementadas, as funções de que ele, Estado, se apoderou através do controle estatal, poderão voltar, gradualmente, à coordenação da sociedade, facilitando o ressurgimento de modos de associativismo e de engajamento cívico *à la Tocqueville*.

Para operar esta mudança gradual na relação de forças, defendemos a ideia de criação de uma memória social comum para o estabelecimento de relações de confiança, o que subentende um processo de reconciliação social e nacional, durante o qual se poderá redefinir a nação em bases democráticas, o que implica a revisão dos símbolos nacionais, dos calendários comemorativos, dos rituais colectivos e de outras formas de identificação colectiva. Como aconteceu na África do Sul após o fim do *apartheid*, trata-se de uma questão de verdade e de negociação de um passado relevante para o presente, ou seja, um passado que seja verdadeiro para a sociedade e que possa restaurar e assegurar relações de confiança, interna e externamente, e que ensine a perdoar e a pedir perdão. Nas sociedades em transição e em busca da sua identidade, é preciso evitar os perigos derivados da escolha de um passado particular, devidos a pressões contraditórias no que respeita à integração social, ganhos políticos e justiça moral: estas sociedades precisam ultrapassar o receio de perder o repertório cultural do passado¹² e enfrentar as questões da sua identidade e do seu futuro, o que implica a reabertura de tabus e requer que sejam ultrapassadas as desilusões do passado e do presente, e as incertezas em relação ao futuro. Neste processo de negociação de um passado aceitável para todos, impõe-se, ainda, enfrentar os sentimentos dominantes de confusão, dificuldade e ansiedade devidos às incompreensões e interpretações erradas do passado, que se mantiveram por falta de um debate aberto e franco, no qual será fundamental a inclusão das novas gerações, colocando novas questões e exigindo respostas coerentes (Misztal,1996).

A criação de uma memória comum passa pela reconstrução crítica das memórias colectivas dos diversos grupos sociais; deixar de o fazer gera instabilidade, pelo que se torna necessário não deixar escapar a oportunidade de construir uma

¹² A importância da oralidade em algumas sociedades pode não ser, apenas, uma das conseqüências do grau de analfabetismo das suas populações, mas uma oposição à distorção das versões da história transmitidas pelos livros adoptados, na tentativa falhada de criar 'uma identidade nacional oficial'; esta pretensão gerou desconfiança nas pessoas e grupos, e levou-os à busca da preservação das suas memórias colectivas, tradições e costumes, através da transmissão oral dos 'mais velhos' às novas gerações.

sociedade mais tolerante e mais confiável. O progresso moral está vinculado ao alargamento das fronteiras dos grupos e à passagem dos direitos individuais a direitos colectivos, num exercício em que as fronteiras entre os grupos, e destes com o exterior, têm de ser apreendidas, o que significa aprender em quem confiar e em quem não confiar. O processo de democratização é um óptimo laboratório para testar as condições essenciais para a emergência de confiança entre representantes do estado e da sociedade e dentro desta, uma vez que existe a consciência de que os direitos humanos e a tolerância ainda não fazem parte das suas culturas, moral e cívica. Algumas das condições criadas pela abertura democrática são a emergência e a organização de grupos sociais constituídos pelos antes marginalizados e estigmatizados, a produção de políticas menos centralizadas e mais democráticas, as oportunidades para uma melhor gestão da coisa pública através do exercício da crítica e do controle social das acções das elites dirigentes, o aumento da autoconsciência e da auto-estima individual e de grupo, facilitando o enfrentamento da intolerância e, por via disso, a criação de um ambiente social mais tolerante (Misztal, 1996).

Torna-se necessário exercitar democracia e, por esse meio, vulgariza-la na sociedade, deixar que o seu sentido e conteúdo sejam compreendidos por todos, uma vez que a herança do passado manifestada na distorção da consciência social, na incompreensão da ideia de direitos civis e na submissão à autoridade política, contribui para a confusão, a desordem e a negligência em relação aos direitos, principalmente dos grupos sociais mais fracos, que se sentem, assim, alienados da sociedade.

Retomando de Walzer (1997) a ideia de que “a tolerância torna a diferença possível e a diferença torna a tolerância necessária”, defendemos que tolerância não deve ser entendida, apenas, como ausência de impedimento ou de discriminação; a necessidade de cooperação e de confiança exige uma tolerância que não seja indiferente, mas que busque, pelo contrário, a compreensão e a comunicação dos, e com os, outros, como meio de promover a autoconfiança, a reflexão crítica e o respeito pelos demais, e como condição para a diversidade, a diferença e a autodeterminação. A aceitação da multiplicidade de identidades culturais e a valorização da autonomia devem traduzir-se na construção da diversidade, aprendendo com os outros e estabelecendo com eles relações responsáveis e de diálogo (Misztal, 1996).

A integração completa, social e cultural, dos diversos grupos, parece-nos passar pela redefinição da nação em termos multiculturais: uma sociedade na qual a lealdade a uma cultura pode entrar em conflito em relação ao Estado deve adoptar uma política de tolerância que promova e sustente o conteúdo da cidadania e a reconciliação cultural. Se a via escolhida para Angola for a do debate e da negociação, estes indicarão os caminhos a seguir, seja o de um estado-nação que reconhece e

aceita o pluralismo cultural e se organiza constitucional e institucionalmente em função disso, ou outro arranjo constitucional que melhor acomode a especificidade da situação de Angola, como a consociação ou a federação.

Independentemente do tipo de arranjo social, e para além da construção da memória social comum, parece fundamental o reconhecimento das diversas ordens jurídicas não estatais, representadas pelo direito consuetudinário, através de articulações para harmonizar os mecanismos formais da ordem estatal e os princípios, as directrizes, as normas e as sanções destas instituições sociais, mais identificadas com as necessidades das populações e baseadas em valores como solidariedade e identidade. Além de uma forma de reconhecimento pelo Estado da diversidade da sociedade e de manifestação de respeito pelas identidades colectivas, este seria um passo importante no processo de reconciliação entre grupos sociais, abrindo uma nova perspectiva de construção de um consenso nacional, não apenas baseado nas regras e na memória social colectiva do grupo dominante, mas na busca comum de uma visão mutuamente aceitável do futuro, construída a partir de uma visão partilhada e aceite do passado. Seria um passo importante para a criação de novas bases de cooperação.

Outro passo que se nos afigura essencial é a adopção do poli-linguismo, baseado na articulação de dois princípios, da unidade e da identidade: o uso do português como língua veicular (e também nacional), de ligação entre os vários grupos sociais e com o exterior, e o recurso à língua materna, inicialmente no ensino do I e II graus, como forma de permitir às crianças dos diversos grupos sociais um aprendizado sem traumas nem sentimentos de inferioridade e de rejeição.

As elites angolanas perderam momentos cruciais para a reapropriação da história nacional (inserindo, por exemplo, a história local na história nacional) em 1975, 1991 e 2002, manifestando descaso em relação à(s) sociedade(s) civil(is), desrespeito em relação à diversidade social e cultural de Angola, e esquecimento do seu compromisso de conduzir a sociedade na construção da angolanidade, permitindo estabelecer um equilíbrio entre as exigências de universalismo da globalização e do tempo do mundo e o relativismo requerido pelo respeito às necessidades e realidades locais.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, Cesaltina. (2006), *Sociedade Civil em Angola: da realidade à utopia*. Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro; disponível no site www.iuperj.br.
- Andrade, Mário Pinto de (1997), *As Origens do Nacionalismo Africano*. Lisboa.
- Barbeitos, Arlindo. (2005), *A Sociedade Civil. Estado, Cidadão, Identidade em Angola*. Lisboa, Novo Imbondeiro Editores.
- Bates, Robert. (1983), *Essays on the Political Economy of Rural Africa*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Bittencourt, Marcelo. (1999), *Dos Jornais às Armas. Trajetórias da Contestação Angolana*. Lisboa, Veja Editora.
- BORGES, João Melo (1995), "A Constituição do Estado Moderno em África: o problema das fronteiras. A propósito de um artigo de Wole Soyinka". In Brief Papers nº. 2/95, CEAs, Lisboa.
- Carvalho Filho, Sílvio de Almeida (2007), "As relações étnicas em Angola: as minorias branca e mestiça (1961-1992)", in *Studia Angolana*.
http://www.angolanistas.org/ZAZprincipal/r_etnicas.htm
- Fernandes, João e Ntongo, Zavoni. (2002), *ANGOLA: Povos e Línguas*. Luanda, Editorial Nzila.
- Freudenthal, Aida. (2001), "A Voz de Angola em Tempo de Ultimato". *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, no.1, pp.135-169.
- Gonçalves, José (2003), "O Descontínuo Processo de Desenvolvimento Democrático de Angola". Conferência Sub-Regional da África Austral, CODESRIA. Gaborone.
- Guedes, Armando Marques et alii. (2003), *Pluralismo e Legitimação. A Edificação Jurídica Pós-colonial de Angola*. Coimbra, Livraria Almedina.
- Kymlicka, Will. (1995), *Multicultural Citizenship: a liberal theory of minority rights*. New York, Oxford University Press.
- Mamdani, Mahmood. (1996), *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Princeton, Princeton University Press.
- Melber, Henning (2002), "From Liberation Movements to Governments: On Political Culture in Southern Africa", in *African Sociological Review*, 6 (1).
- Misztal, Bárbara (1996), *Trust in Modern Societies: The Search for the Bases of Social Order*. Cambridge, Polity Press.
- Neto, M^ª. da Conceição. (2002), "Respeitar o passado – e não regressar ao passado. Contribuição para o debate sobre a Autoridade Tradicional em Angola". I Encontro Nacional sobre a Autoridade Tradicional. Luanda, 20-22 de Março.
- Newitt, Malyn. (1997), *História de Moçambique*. Lisboa, Publicações Europa América.
- Offe, Claus (1999), "How Can We Trust Our Fellow Citizens?". Cambridge: Cambridge University Press.
- Pacheco, Fernando (2004), "Uma Proposta de Valorização da Tradição e da Cultura em favor do Desenvolvimento e da Modernidade". In Lucere, Revista Académica da UCAN, Universidade Católica de Angola. Centro de Estudos e Investigação Científica, nº. 1, Ano um. Luanda.
- Santos, Daniel dos (2003), "O Lugar do Direito Costumeiro na Formação dos Estados Africanos". *Antropologia & Derecho*, Jornal Científico do CEDEAD (Centro de Estudios en Antropología y Derecho) da Universidade de Misiones, ano 1, número 3, pp.13-16.
- Wacussanga, Jacinto. et al.(2008). *Expectativas e receios nas próximas eleições - o impacto de 1992*. CMI/CEIC, R 2008:7. www.cmi.no/publications.